



**CONTRATO N° 08/2015**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 09/2015**

**CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SERGIPE ATAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE E A EMPRESA G9 PATRIMONIAL LTDA ME.**

O Estado de Sergipe, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE**, órgão integrante da Administração Pública Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o n° **04.384.829/0001-96** com sede na Praça General Valadão, n° 32, Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-520 representado legalmente pelo seu Representante Legal o Secretário de Estado da Saúde o Sr. **JOSÉ MACEDO SOBRAL**, Brasileiro, Divorciado, Advogado, CPF/MF n° 349.506.805-87, RG 616.789 SSP/SE, denominado LOCATÁRIO, do outro lado a **EMPRESA G9 PATRIMONIAL LTDA ME**, CNPJ **07.234.497/0001-51**, Representada legalmente por: **ANTÔNIO DÓRIA DE MORAES FILHO**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, RG 165.826 SSP/SE, CPF 070.606.295-72, residente e domiciliado na Avenida Beira Mar, n° 2082, apto 501, Edifício Mansão Cleonice Franco Barreto, Bairro Praia Treze de Julho, Aracaju/SE, CEP 49020-010 e **PEDRO PAES MENDONÇA NETO**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, RG 385.705 SSP/SE, CPF 215.935.075-34, domiciliado na Avenida Beira Mar, n° 1996, apto. 501, Bairro Jardins - Aracaju/SE - CEP 49025-040, doravante denominados LOCADOR, ajustam o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, nos termos da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente do artigo 62, §3° do referido diploma legal, e da Lei Federal n° 8.245, de 18 de outubro de 1991, e suas alterações posteriores, e de acordo com o processo administrativo n° 020.000.02777/2015-0, Regimento Interno do Condomínio Cidade Aracaju, e Instrumento Particular de Convenção do Condomínio Cidade Aracaju parte integrante deste instrumento, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**GOVERNO DE SERGIPE**

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**1 - DO OBJETO**

1.1 - Este contrato tem por objeto a locação do imóvel Galpão 03, localizado na Avenida Quirino, Condomínio Cidade Comercial, n° 1.294, Bairro Inácio Barbosa, CEP 49040-700 Aracaju/SE. Registrado nas folhas de 2 a 119 do Livro Diário n° 4 da Junta Comercial do Estado de Sergipe sob n° 28200359367, em 10 de janeiro de 2005.

1.2 - MEMORIA DESCRITIVO: Galpão número 03 (três), com área de 6.320 m² (seis mil e trezentos e vinte metros quadrados); paredes de bloco de cerâmica e alvenaria; piso de concreto de alta resistência, polido; cinco portas tipo basculante; banheiro masculino, adaptados para portadores de deficiência física e banheiro feminino, adaptados para portadores de deficiência física; vestiário masculino e feminino, reservatórios de água



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

em fibra. Salão, denominado Mezanino, com área de 868 m<sup>2</sup> (oitocentos e sessenta e oito metros quadrados); paredes de bloco de cerâmica, com reboco e pintura; banheiro feminino, com piso e revestimento cerâmicos, paredes de bloco de cerâmica; banheiro masculino, com piso e revestimento cerâmicos, paredes de bloco de cerâmica; copa com piso e revestimento cerâmicos; área de circulação.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

**2- DA FINALIDADE PÚBLICA A SER ATENDIDA**

2.1 - A presente locação visa a atender finalidade pública, sendo o imóvel locado utilizado para sediar a Central de Logística da Fundação Hospitalar de Saúde - CELOG.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

**3 - DO PRAZO**

3.1 - O prazo da presente contrato locação é de 30 (trinta) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 108 (cento e oito) meses, havendo consenso entre as partes sobre as novas bases contratuais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O contrato poderá ser sucessivamente prorrogado pelas partes, respeitando o limite acima e desde que verificado se persiste a situação de inexistência de imóvel do estado ou que ainda só exista no mercado um único que atenda aos objetivos da Secretaria, enquanto houver necessidade pública a ser atendida através da presente contratação, mediante assinatura de termo aditivo, após apresentação de justificativa por escrito e autorização da autoridade competente celebrá-lo em nome do LOCATÁRIO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Para a prorrogação do prazo contratual é indispensável prévia análise por parte da Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deve ser encaminhado o pedido com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data de término da vigência contratual.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

É vedada a prorrogação automática do presente contrato e, na hipótese de irregularmente verificar-se a continuidade de utilização do imóvel pelo LOCATÁRIO após fim do prazo ajustado entre as partes não ocorrerá a transformação do contrato em pacto por prazo indeterminado.

**CLÁUSULA QUARTA**

**4 - DO ALUGUEL**

4.1- Tendo em vista o laudo confeccionado após vistoria e avaliação do imóvel por parte do LOCATÁRIO, através da CEHOP, datado de 24/02/2015, elaborado em consideração às características do bem e aos valores praticados no mercado imobiliário da região, as partes fixam o aluguel



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

inicial mensal em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), que corresponde ao total de R\$ 1.320.000,00 (um milhão e trezentos e vinte mil reais) anual.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O LOCADOR anui expressamente com o resultado dos laudos de vistoria e avaliação mencionados nesta cláusula.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O reajuste do preço contratado se dará a cada 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos da Lei nº 10.192, de 14.02.2001, e levará em consideração o INPC.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei Federal nº. 8.666/93, dispensada a análise prévia pela Procuradoria Geral do Estado.

**CLÁUSULA QUINTA**

**5 - DO PAGAMENTO**

5.1 - O LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR o aluguel do mês de referência até o quinto dia útil do mês subsequente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Havendo atraso no pagamento, fica o LOCATÁRIO obrigado a atualizar monetariamente, a título de indenização ao LOCADOR, obedecendo à variação acumulada do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, compreendida entre a data prevista para o pagamento e a data efetivamente paga.

**CLÁUSULA SEXTA**

**6 - DA FONTE DOS RECURSOS**

6.1- As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta do Orçamento programa de 2015 da Secretaria de Estado da Saúde, com dotação suficiente, obedecendo à seguinte classificação orçamentária: Código da Unidade: 20.401; Código Orçamentário: 10.122.0040; Projeto ou Atividade: 1411; Elemento de Despesa: 3.3.90.00; Fonte de Recurso: 0102.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

**7 - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR**

7.1 - O LOCADOR é obrigado a:

I - entregar ao LOCATÁRIO o imóvel alugado em estado de servir ao uso a que se destina e na data fixada neste instrumento;

II - garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III - responder pelos vícios e defeitos anteriores à locação;

IV - fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminado das importâncias a este pagas, vedada a quitação genérica;

V - pagar as taxas de administração imobiliária e de intermediações, se existirem;



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

VI- manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel

CLÁUSULA OITAVA

**8 - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO**

8.1- O LOCATÁRIO é obrigado a:

I - pagar pontualmente o aluguel;

II - utilizar o imóvel para atendimento de finalidade pública;

III - restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes de seu uso normal e aquelas decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - levar imediatamente ao conhecimento do locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

V - realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel ou nas suas instalações provocados por si ou seus agentes;

VI - entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, LOCATÁRIO;

VII - pagar as despesas relativas ao consumo de energia elétrica, gás, água e esgoto e ao serviço de telefonia ou outros meios de comunicação;

VIII - permitir a vistoria do imóvel pelo locador ou por seu mandatário, mediante combinação prévia, de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado por terceiros, na hipótese de alienação do mesmo em quando não possuir interesse no exercício de seu direito de preferência de aquisição;

IX - permitir a realização de reparos urgentes pelo LOCADOR, com direito a abatimento do valor do aluguel na hipótese de os reparos durarem mais de 10 (dez) dias e a rescindir o contrato caso seja ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias.

X - O **LOCADOR** será responsável pelo custo com o recolhimento de IPTU e de outros impostos, de taxas, a exemplo de bombeiros, lixo, iluminação pública ou qualquer outra que venha a ser criada, de seguros, ou arcar com as despesas comuns de manutenção e conservação do prédio, e bem assim eventuais multas e majorações sobre estes encargos, ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel locado, seja durante o prazo da locação, seja na sua eventual prorrogação, seja enquanto o **LOCATÁRIO** permanecer na posse do imóvel.

XI - No caso em que o **LOCATÁRIO** não fizer os pagamentos referidos no item 4.1 retro poderá o **LOCADOR** efetuar os pagamentos. Neste caso, o valor despendido, atualizado monetariamente, acrescido de 10% (dez por cento) de multa, juros de mora, será cobrado do **LOCATÁRIO** juntamente com o próximo aluguel ou encargos condominiais, ambos a vencer, a critério do **LOCADOR**.

XII - Compromete-se o **LOCATÁRIO** a transferir as contas de consumo de luz e água para o seu nome, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), a contar da assinatura do presente contrato, perante o órgão competente (ENERGISA, DESO) sob pena de rescisão contratual, efetuando seus pagamentos em dia, exibindo-as ao LOCADOR, sempre que solicitado ou por ocasião da entrega de chaves, quando finda ou rescindida a locação.

XIII - O **LOCATÁRIO** declara expressamente e ante as duas testemunhas no final assinadas, que está recebendo o imóvel em perfeito estado de conservação, de acordo com o laudo de vistoria prévia realizada e assinado pelas partes.





GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE



XIV - Durante o prazo da locação e enquanto o **LOCATÁRIO** permanecer na posse do imóvel realizará sob a sua exclusiva conta e responsabilidade e às suas próprias custas, todas as obras de manutenção, reparo e conservação do imóvel e de suas instalações, a fim de entregar o imóvel objeto da locação nas mesmas condições em que recebeu.

XV - É facultado ao **LOCADOR**, para fiscalizar o cumprimento das obrigações do **LOCATÁRIO**, visitar o imóvel locado por si ou por preposto seu, em dia e hora previamente comunicados ao **LOCATÁRIO**.

XVI - O **LOCATÁRIO** deverá comunicar por escrito, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, algum estrago porventura existente, a fim de ser ressalvada não só a sua responsabilidade, como também a do **LOCADOR**.

XVII - É expressamente vedado ao **LOCATÁRIO** ceder e/ou sublocar, total ou parcialmente, o presente contrato ou o imóvel, salvo para a finalidade para a qual se pactua esta locação e qual seja o funcionamento da Central de Logística da Fundação Hospitalar de Saúde, ou de outras unidades da mesma Fundação.

XVIII - O **LOCATÁRIO** não poderá, sem prévia e escrita autorização do **LOCADOR**, realizar modificações, acréscimos, demolições ou benfeitorias no imóvel, mas estas, uma vez realizadas, com ou sem autorização, se incorporarão ao imóvel, não cabendo ao **LOCATÁRIO** qualquer direito a indenização por estas obras, as quais, em nenhuma hipótese, poderão ser invocadas para a retenção do imóvel, quando finda ou rescindida a locação.

XIX - Fica assegurado ao **LOCADOR** o direito de exigir do **LOCATÁRIO** a retirada de todas as benfeitorias ou obras realizadas, o que será feito por conta e risco do **LOCATÁRIO**.

#### CLÁUSULA NONA

##### **9 - DAS PRERROGATIVAS DO LOCATÁRIO**

9.1 - Com base no §3º do artigo 62 e no artigo 58, I e II da Lei nº 8.666/93 são atribuídas ao **LOCATÁRIO** às seguintes prerrogativas:

I - A proposta de modificação unilateral do contrato deverá sempre estar justificada para melhor adequação ao atendimento da finalidade de Interesse Público a que se destina, sendo sempre assegurada ao **LOCADOR** a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste;

II - rescindir unilateralmente o contrato, independentemente do pagamento de multa ou de aviso prévio, após autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, pelos motivos a seguir:

a) não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações do **LOCADOR**;

b) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade a que está subordinado o órgão que intermedeia o presente ajuste, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

c) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### **10 - DAS DEMAIS FORMAS DE RESCISÃO**



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

10.1 - Além das hipóteses de rescisão unilateral por parte do LOCATÁRIO enumeradas na cláusula anterior, poderá ser rescindido o presente contrato:

I - por mútuo acordo entre as partes;

II - em decorrência da prática de infração legal ou contratual por quaisquer das partes;

III - em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos pelo LOCATÁRIO;

IV - em virtude de desapropriação do imóvel, desocupação determinada pelo Poder Público ou incêndio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

**11 - DAS BENFEITORIAS**

11.1 - O LOCATÁRIO fica desde já autorizado a realizar no imóvel locado toda benfeitoria necessária. A benfeitoria útil só poderá ser feita desde que previamente autorizada pelo LOCADOR.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O valor de toda e qualquer benfeitoria necessária não removível sem causar danos ao imóvel realizada pelo LOCATÁRIO poderá ser abatido dos alugueis a serem pagos, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) de cada parcela mensal, até integral ressarcimento. Abatimentos acima do percentual indicado poderão ser realizados após expresse consentimento por escrito do LOCADOR.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As benfeitorias úteis só poderão ser abatidas dos alugueis, na forma do PARÁGRAFO PRIMEIRO, se forem autorizadas especificamente pelo LOCADOR.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Na impossibilidade de ressarcimento pelas benfeitorias realizadas nos termos do parágrafo primeiro desta cláusula, fica o LOCATÁRIO autorizado a reter o imóvel, até que seja integralmente indenizado.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Finda a locação, toda e qualquer benfeitoria removível realizada pelo LOCATÁRIO poderá ser levantada, às suas expensas, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

**12 - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

12.1 - Nos termos do artigo 27 e seguintes da Lei nº 8.245/91, no caso de venda, promessa de venda, cessão, promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento do imóvel locado, o LOCATÁRIO tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o LOCADOR dar-lhe ciência do negócio mediante notificação judicial ou extrajudicial.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

O LOCADOR terá prazo de 30 (trinta) dias para manifestar de forma inequívoca sua intenção em adquirir o imóvel.



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

**13 - DA CONTINUIDADE DA LOCAÇÃO**

13.1 - Na hipótese de o **LOCATÁRIO** não possuir interesse em adquirir o imóvel locado, fica desde já acertado, conforme artigo 8º da Lei nº 8.245/91, que para o caso de sua alienação ou cessão a terceiros permanecerá vigente o presente contrato de locação, seguindo inteiramente os preceitos para o contrato por tempo determinado contidos no dispositivo retrocitado e aqui como se estivessem transcritos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

**14 - DA PUBLICIDADE**

14.1 - O presente contrato será publicado na imprensa oficial, na forma do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, como condição indispensável à sua eficácia.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

**15 - DA AVERBAÇÃO**

15.1 - O presente contrato será averbado junto à matrícula do imóvel logo após a sua publicação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**

**16 - DOS ADITAMENTOS**

16.1 - Toda e qualquer modificação dos termos do presente ajuste será formalizada através de termo aditivo, após prévia manifestação da Procuradoria Geral do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**

**17- DA RETENÇÃO DE TRIBUTO NA FONTE**

17.1 - É da responsabilidade do **LOCADOR** efetuar a retenção de Imposto de Renda, nos termos da Legislação Federal (inc. V do art. 9º da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 15 de 06.02.2001), incidentes sobre os valores a serem pagos a título de aluguéis, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal do ordenador da despesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

**18 - DO DIREITO DE PURGAR A MORA**

18.1 - O **LOCADOR** reconhece ao **LOCATÁRIO**, expressamente, o direito de purgar a mora em juízo, em quaisquer circunstâncias e sem as limitações estabelecidas no artigo 62, Parágrafo Único da Lei nº 8.245, de 18/09/1991.



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

**19 - DO EXECUTOR**

19.1 - Fica designado o servidor Diretor da Gestão de Sistema - DGS ou pessoa indicada pelo mesmo, para o acompanhamento do contrato, reportando-se mensalmente ao Setor de Planejamento sobre fatos ocorridos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

**20 - DA CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL**

20.1 - O **LOCATÁRIO** obriga-se a conservar o imóvel locado e realizar nele, por sua conta, as obras de reparação dos estragos que der causa, desde que não provenientes de seu uso normal e a restituí-lo, quando finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes de seu uso normal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O **LOCATÁRIO** poderá exercer o direito de retenção do imóvel locado até que seja devidamente indenizado pela execução nele das benfeitorias necessárias, quando o **LOCADOR**, previamente notificado, houver se recusado a realizá-las e de benfeitorias úteis que, quando autorizadas pelo **LOCADOR**, por não poderem ser levantadas, ao imóvel se incorporaram.

**21 - DO SEGURO**

21.1- Caberá ao **LOCADOR** manter segurado o imóvel, correndo por sua conta o pagamento dos prêmios correspondentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

**22 - DA OCORRÊNCIA DE FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

22.1 - No caso de incêndio ou da ocorrência de qualquer outro motivo de força maior ou caso fortuito que impeça a utilização **GOVERNO DE SERGIPE** parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **LOCATÁRIO**, poderá este, alternativamente considerar suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste contrato, obrigando-se o **LOCADOR** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento do uso; ou considerar rescindido o presente contrato, sem que o **LOCADOR** assista qualquer direito à indenização.

22.2 - É de exclusiva responsabilidade do **LOCATÁRIO** a obtenção de licenças para funcionamento de sua atividade no imóvel locado, junto a todos os órgãos municipais (Secretaria de Finanças, EMSURB, SMTT, EMURB, etc.), estaduais (Corpo de Bombeiros, Secretaria da Fazenda, ADEMA, etc.), e federais (Receita Federal, IBAMA, ANVISA, etc.) não devendo a demora na sua obtenção servir de pretexto para o descumprimento de qualquer cláusula contratual.

22.3 - Na hipótese de incêndio, desabamento, desapropriação ou quaisquer outras ocorrências que impeça, o uso normal dos imóveis, o presente





GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

contrato será considerado resolvido, independentemente de qualquer indenização, de parte a parte.

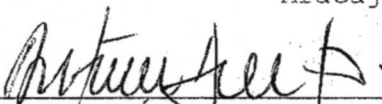
22.4 - Para cumprir a determinação do Corpo de Bombeiros, é de responsabilidade do **LOCATÁRIO** manter abertas as portas de saídas de emergências, durante o funcionamento regular das instalações, do Galpão objeto deste contrato de locação e que faz parte do CONDOMÍNIO CIDADE COMERCIAL, situado na Rua Quirino, 1294, bairro Inácio Barbosa, estando classificado no Grupo I, de acordo com o Projeto Técnico no Corpo de Bombeiros de nº 01230312/0837-22. Em caso de descumprimento desta exigência, o **LOCATÁRIO** assumirá toda a responsabilidade civil e criminal, na ocorrência de algum acidente.

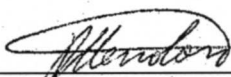
**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA**


**23 - DO FORO**

23.1 - Fica estabelecido o Foro de Aracaju, Comarca da Capital do Estado de Sergipe para dirimir quaisquer dúvidas oriundas direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, assim, por estarem justos e contratos, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.


Aracaju/SE, 09 de abril de 2015

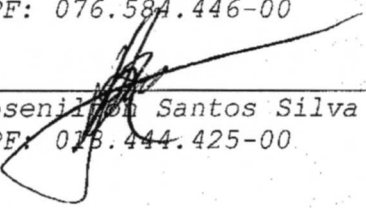
  
\_\_\_\_\_  
**ANTONIO DÓRIA DE MORAES FILHO**  
EMPRESA G9 PATRIMONIAL LTDA  
Sócio - Proprietário  
Locador

  
\_\_\_\_\_  
**PEDRO PAES MENDONÇA NETO**  
EMPRESA G9 PATRIMONIAL LTDA  
Sócio - Proprietário  
Locador

  
\_\_\_\_\_  
**JOSÉ MACEDO SOBRAL**  
Secretário de Estado da Saúde  
Locatário

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
Verônica de Abreu P. Machado  
CPF: 076.584.446-00

  
\_\_\_\_\_  
Rosângela Santos Silva  
CPF: 016.444.425-00



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE**

**2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 08/2015**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2015**

**1. DA QUALIFICAÇÃO DA CONTRATANTE**

RAZÃO SOCIAL:	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
ENDEREÇO:	PRAÇA GENERAL VALADÃO Nº 32 – CENTRO – ARACAJU/SE
CNPJ Nº	04.384.829/0001-96
REPRESENTANTE LEGAL:	SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE – MARIA DA CONCEIÇÃO MENDONÇA COSTA
CART. IDENT.	354.646 SSP-SE
CPF Nº	150.149.595-04
PROFISSÃO:	ENFERMEIRA
ESTADO CIVIL:	SOLTEIRA

**2. DA QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA**

RAZÃO SOCIAL:	G9 PATRIMONIAL LTDA ME
ENDEREÇO:	SITUADO NA AVENIDA QUIRINO, 1.294, BAIRRO INÁCIO BARBOSA, ARACAJU/SE CEP 49.040-700.
TELEFONE:	(79) 3249-3989 99861-7255
REPRESENTANTE LEGAL 01:	FRANCISCO DE CAMPOS ROLLEMBERG
CPF Nº.	454.711.005-06
REPRESENTANTE LEGAL 02:	JOSÉ ADROALDO CHAGAS JÚNIOR
CPF Nº.	264.842.935-20

As partes celebram o presente instrumento, com fundamento na Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1- O presente Termo de Apostilamento viabiliza o reajuste de valor do Contrato 08/2015 que o seu valor mensal passará de R\$ 110.000,00 para R\$ 120.813,00 e seu valor anual de R\$ 1.320.000,00 para R\$ 1.449.756,00, sofrendo assim um reajuste de 9,83% conforme INPC entre abril/2015 e abril/2016, índice prefixado em Cláusula Contratual.

1.2- Será considerada para início da concessão do reajuste de valor a data de 09 de abril de 2016.




**GOVERNO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE**

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO**

Ficam desde já ratificadas todas as cláusulas e condições do Contrato original, que não foram modificados por este instrumento.

E, por estarem assim justas e acertadas, as partes assinam este termo em 03 vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 testemunhas, a fim de que se produza seus efeitos legais.

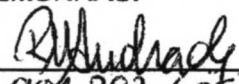
Aracaju/SE, 31 de maio de 2016

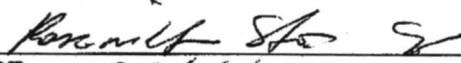
  
**JOSE ADROALDO CHAGAS JUNIOR**  
EMPRESA G9 PATRIMONIAL LTDA  
Sócio – Proprietário  
Locador

  
**FRANCISCO DE CAMPOS  
ROLLEMBERG**  
EMPRESA G9 PATRIMONIAL LTDA  
Sócio – Proprietário  
Locador

  
**MARIA DA CONCEIÇÃO MENDONÇA COSTA**  
Secretaria de Estado da Saúde  
Locatário

TESTEMUNHAS:

  
CPF: 004.302.605-25

  
CPF: 018.444.425-20